



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- Processo nº:** 10.638/2018-e.
- Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF (atual Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF).
- Assunto:** Tomada de Contas Anual – TCA.
- Ementa:**
- Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, referente ao exercício financeiro de 2015;
 - Controle Interno: Certificou a regularidade com ressalvas das contas;
 - **Nesta fase:** Exame inicial;
 - Corpo Técnico: Propõe ao Plenário que (i) julgue regulares as contas dos Srs. Renato Jorge Brown Ribeiro, Wilson Gomes de Oliveira e Naum Rosivaldo dos Santos; (ii) regulares com ressalvas as de Leany Barreiro de Sousa Lemos e Luciana Cristina Aguiar de Carvalho; (iii) considere os responsáveis quites com o erário distrital; (iv) determine adoções de providências corretivas pelos atuais gestores da jurisdicionada; e (v) autorize o encerramento da TCE objeto do Processo nº 410.001.179/2008, o retorno dos autos à Secont e seu posterior arquivamento;
 - MP de Contas: Acompanha as conclusões e sugestões alvitadas pela Unidade instrutiva;
 - **VOTO** convergente. Julgamento pela regularidade e regularidade com ressalvas das contas. Quitação aos responsáveis. Determinações à jurisdicionada. Acórdãos. Devolução dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos administradores e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, referente ao exercício financeiro de 2015.

2. O Controle Interno, por meio do Certificado de Auditoria nº 08/2018 - COMITÊ/SUBCI/CGDF (e-DOC 33E8EE22-e), certificou a regularidade com ressalvas das contas em face das falhas reportadas nos subitens 1.1 e 1.2, do Relatório de Inspeção nº 1/2018 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

DOC EACEAD2F-e), nos itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual – SEF – 2015 (e-DOC E58979CC-e) e nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 – SEF (e-DOC 31788CA7-e).

3. O momento processual é de conhecimento e exame inicial das referidas contas anuais.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 15/2019 – SECONT/2ªDICONTE (e-DOC 7AE50567-e), após analisar os documentos que integram a TCA em voga, manifestou-se conclusivamente nos seguintes termos:

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto, o Tribunal deve, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, julgar **REGULARES** as contas dos Srs. **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO, WILSON GOMES DE OLIVEIRA e NAUM ROSIVALDO DOS SANTOS**, em virtude do curto lapso temporal em que ocuparam seus respectivos cargos, bem como pelo fato de que não foram identificadas falhas atreláveis aos períodos em que desempenharam suas funções.

6.2. Já no que tange às Sras. **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS e LUCIANA CRISTINA AGUIAR DE CARVALHO**, suas contas deverão ser julgadas **REGULARES COM RESSALVAS**, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, em face das impropriedades arroladas a seguir:

Documento	Subitem	Descrição
Relatório de Inspeção nº 1/2018 DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF	1.2	AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A INDICAÇÃO DE UM MESMO EXECUTOR PARA MAIS DE TRÊS CONTRATOS
RELATÓRIO DE BENS MÓVEIS N.º 62/2016 - SEF	3	BENS COM PLAQUETA DO GDF QUE NÃO ESTÃO RELACIONADOS NA CARGA GERAL DA UNIDADE
	4	COM RELAÇÃO AOS BENS SEM PLAQUETA DE TOMBAMENTO/PLAQUETA EXTRAVIADA
	5	QUANTO AOS BENS OCIOSOS E INSERVÍVEIS
	6	BENS COM PLAQUETAS DE OUTROS ÓRGÃOS.
	7	QUANTO À CONSTATAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO INFORMAL DE BENS ENTRE ÓRGÃOS USUÁRIOS
	8	NO CASO DOS BENS PROVENIENTES DE DOAÇÃO
	9	COM RELAÇÃO AOS BENS ADQUIRIDOS POR ESSA UNIDADE ADMINISTRATIVA COM RECURSOS DE CONVÊNIO QUE NÃO PREVEEM A INCORPORAÇÃO DOS BENS
	10	QUANTO AOS BENS LOCALIZADOS PELA COMISSÃO INVENTARIANTE SEM PLAQUETA DE TOMBAMENTO E SEM INFORMAÇÃO DE SUA ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

6.3. *Cabível, ainda, determinação à SEPLAG/DF para que, se for o caso, promova a regularização dos saldos contábeis das rubricas indicadas no Relatório Contábil Anual – SEF (exercício 2015).*

5. Ao final de seu exame, o Órgão Instrutivo sugeriu ao e. Plenário que:

I. tome conhecimento da Tomada de Contas Anual dos administradores e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, referente ao exercício financeiro de 2015;

II. julgue:

- a) nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, REGULARES as contas dos Srs. RENATO JORGE BROWN RIBEIRO (CPF: 905.643.327-04), WILSON GOMES DE OLIVEIRA (CPF: 881.908.201-25) e NAUM ROSIVALDO DOS SANTOS (CPF: 072.514.912-49), em virtude do curto lapso temporal em que ocuparam seus respectivos cargos, bem como pelo fato de que não foram identificadas falhas atreláveis aos períodos em que desempenharam suas funções;*
- b) nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, REGULARES COM RESSALVAS as contas das Sras. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS (CPF: 490.644.281-15) e LUCIANA CRISTINA AGUIAR DE CARVALHO (CPF: 455.109.701-20), em face das impropriedades elencadas no item 6.2 desta Informação;*

III. em conformidade com o art. 24 da LC nº 1/94, considere quites com o erário distrital os relacionados no item anterior, no que tange ao objeto da presente TCA;

IV. determine aos atuais gestores da SEPLAG/DF que:

- a) adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas, nos termos do art. 19 da LC nº 1/94;*
- b) se for o caso, promova a regularização dos saldos contábeis das rubricas indicadas no Relatório Contábil Anual – SEF (exercício 2015);*
- c) nas futuras tomadas de contas anuais, observem a exatidão das informações apresentadas no rol de responsáveis;*

V. autorize:

- a) o encerramento da TCE objeto do Processo nº 410.001.179/2008, uma vez que, de acordo com as apurações, configurou-se a ausência de dano;*
- b) o arquivamento dos presentes autos;*
- c) o retorno à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes.*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 172/2019 – GP1P (e-DOC C53EE179-e), da lavra do Procurador Demóstenes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Tres Albuquerque, anuiu às conclusões e sugestões alvitadas pela Unidade Técnica.

É o Relatório.

VOTO

7. Cuidam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos administradores e demais responsáveis da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, referente ao exercício financeiro de 2015.

8. O Controle Interno manifestou-se, a teor do Certificado de Auditoria nº 08/2018 - COMITÊ/SUBCI/CGDF (e-DOC 33E8EE22-e), pela regularidade com ressalvas das contas.

9. As falhas identificadas estão consubstanciadas nos subitens 1.1 e 1.2, do Relatório de Inspeção nº 1/2018 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC EACEAD2F-e), nos itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual – SEF – 2015 (e-DOC E58979CC-e) e nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 – SEF (e-DOC 31788CA7-e), descritos a seguir:

- Subitem 1.1 – Manutenção indevida de rubrica nas planilhas de formação de preços;
- Subitem 1.2 – Ausência de justificativa para a indicação de um mesmo executor para mais de três contratos;
- Item 3 – Bens com plaqueta do GDF que não estão relacionados na carga geral da unidade;
- Item 4 – Bens sem plaqueta de tombamento/plaqueta extraviada;
- Item 5 – Bens ociosos e inservíveis;
- Item 6 – Bens com plaquetas de outros órgãos;
- Item 7 – Movimentação informal de bens entre órgãos/usuários;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- Item 8 – Falhas nos controles dos bens provenientes de doação;
- Item 9 – Falhas nos controles dos bens adquiridos com recursos de convênio; e
- Item 10 – Bens localizados pela comissão inventariante sem plaqueta de tombamento e sem informação de sua origem.

10. Ao examinar o feito, o Corpo Técnico (fls. 1-10 do e-DOC 7AE50567-e) aduziu que as constatações indicadas no subitem 1.1 do Relatório de Inspeção e nos itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual não deveriam influenciar o mérito das presentes contas.

11. No primeiro caso (subitem 1.1), a Instrução registrou que a ocorrência está associada à gestão de outra Pasta (Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização - SEGAD), enquanto que as demais se referem a incongruências contábeis que não se constituem de fato uma falha, uma vez que dizem respeito a saldos de rubricas contábeis que permaneceram sem movimentação.

12. Não obstante, o Órgão Instrutivo propõe que as impropriedades contábeis devem ensejar expedição de determinação à jurisdicionada para que, se for o caso, promova a regularização de tais registros.

13. Sendo assim, acompanhando parcialmente a manifestação do Controle Interno, a Unidade Técnica sugere que as matérias indicadas nos demais itens/subitens (1.2 do Relatório de Inspeção e 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Relatório de Bens Móveis) devem implicar ressalvas às contas das seguintes gestoras: Leany Barreiro de Sousa Lemos e Luciana Cristina Aguiar de Carvalho.

14. No que concerne aos demais integrantes do rol de responsáveis, a Instrução propõe a regularidade das contas dos Srs. Renato Jorge Brown Ribeiro, Wilson Gomes de Oliveira e Naum Rosivaldo dos Santos, em virtude do curto lapso temporal ocupando seus respectivos cargos, bem como pelo fato de que não foram identificadas falhas inerentes aos períodos em que desempenharam suas funções.

15. Mediante o Parecer nº 172/2019 – GP1P (e-DOC C53EE179-e), o *Parquet* de Contas acompanhou as proposições alvitadas pela Unidade Técnica.

16. Passando à apreciação do feito, entendo não merecer reparos o exame lançado pela Instrução, corroborado pelo *Parquet*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

17. De fato, constato que as falhas reportadas nos subitens 1.2 do Relatório de Inspeção nº 1/2018 e 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 acostados aos autos possuem natureza eminentemente formal ou procedimental, sem ostentar indícios de prejuízo econômico ou de impacto nos objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada, de modo que não devem macular a gestão ora em análise.

18. No que diz respeito às ocorrências registradas no subitem 1.1 do Relatório de Inspeção e nos itens 1, 2 e 4 do Relatório Contábil Anual, nota-se que, ou não possuem relação com a gestão em exame (subitem 1.1), ou apenas reportam necessidade de ajustes nos saldos de algumas contas contábeis, sem que, necessariamente, importe na existência de falhas.

19. Assim sendo, não vislumbro qualquer óbice quanto à proposta da Unidade Técnica no sentido de julgar regular com ressalvas as contas da Sras. Leany Barreiro de Sousa Lemos e Luciana Cristina Aguiar de Carvalho, porquanto as impropriedades apontadas não possuem relevância e materialidade suficientes para macular a gestão em exame, podendo ser evitadas mediante a formulação de determinações para prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

20. Por sua vez, constato que não há relação entre as impropriedades verificadas nos autos e a gestão dos Srs. Renato Jorge Brown Ribeiro, Wilson Gomes de Oliveira e Naum Rosivaldo dos Santos, podendo a Corte julgar como regulares as contas dos aludidos responsáveis.

21. Adicionalmente, acompanho a proposta da Instrução para que seja determinada à jurisdicionada que, se ainda for o caso, promova a regularização dos saldos contábeis das rubricas indicadas no Relatório Contábil Anual – SEF (exercício 2015).

22. Outrossim, também cabe determinar aos atuais gestores da SEPLAG que, nas futuras tomadas de contas anuais, observem a exatidão das informações apresentadas no rol de responsáveis, tendo em vista que o Relatório Conclusivo do Organizador das Contas (e-DOC 81A56838-e) observou a apresentação de informações incompletas na descrição dos responsáveis, bem como lacunas temporais no exercício das funções.

23. Por fim, merece registro que não foi constatada a existência de processos que possam influenciar na apreciação das contas anuais. No mais, foi verificado que a Corte pode autorizar o encerramento da TCE autuada no Processo nº 410.001.179/2008, em função da conclusão pela ausência de dano ao erário naqueles autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

24. Ante todo o exposto, em harmonia com os encaminhamentos alvitados pelo Corpo Técnico e pelo *Parquet*, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - conheça da tomada de contas anual dos administradores e demais responsáveis da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, referente ao exercício financeiro de 2015;

II - nos termos do art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/1994, julgue regulares as contas relativas ao exercício de 2015 dos Srs. Renato Jorge Brown Ribeiro (Secretário de Estado Substituto), Wilson Gomes de Oliveira (Subsecretário de Administração Geral) e Naum Rosivaldo dos Santos (Subsecretário de Administração Geral-Substituto);

III - nos termos do art. 17, II, da Lei Complementar nº 1/1994, julgue regulares com ressalvas as contas relativas ao exercício de 2015 das Sras. Leany Barreiro de Sousa Lemos (Secretária de Estado) e Luciana Cristina Aguiar de Carvalho (Subsecretária de Administração Geral), tendo em vista as falhas indicadas no subitem 1.2 do Relatório de Inspeção nº 1/2018 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC EACEAD2F-e) e nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 – SEF (e-DOC 31788CA7-e);

IV - considere:

a) nos termos do inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 1/1994, os responsáveis nominados no item II plenamente quites com o erário distrital, em relação ao objeto destas contas anuais;

b) em conformidade com o disposto no artigo 24, inciso II, da LC nº 01/1994, os responsáveis relacionados no item III quites com o erário distrital, no que tange ao objeto da presente TCA;

c) regularmente encerrada a TCE referente ao Processo nº 410.001.179/2008, tendo em vista a indicação pela Comissão Tomadora, no respectivo demonstrativo, de ausência de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

prejuízo, nos termos do inciso III, art. 13, da Resolução nº 102/1998;

V - determine aos atuais gestores da SEPLAG/DF que:

- a) adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas, nos termos do art. 19 da LC nº 1/94;
- b) se ainda for o caso, promova a regularização dos saldos contábeis das rubricas indicadas no Relatório Contábil Anual – SEF (exercício 2015);
- c) nas futuras tomadas de contas anuais, observem a exatidão das informações apresentadas no rol de responsáveis;

VI - aprove, expeça e mande publicar os Acórdãos que submeto a apreciação do e. Plenário;

VII - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para fins de arquivamento e demais providências pertinentes.

Sala da Sessões, 4 de abril de 2019.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ACÓRDÃO Nº /2019.

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. Exercício financeiro de 2015. Contas julgadas **regulares**. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF nº: 10.638/2018-e.

Nome/Função/Período:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Renato Jorge Brown Ribeiro	Secretário de Estado Substituto	31/12/2015
Wilson Gomes de Oliveira	Subsecretário de Administração Geral	01/01 a 26/01/2015
Naum Rosivaldo dos Santos	Subsecretário de Administração Geral - Substituto	29/06 a 16/07/2015

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPjTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento nos arts. 17, inc. I, e 24, inc. I, da Lei Complementar nº 1/1994, julgar **regulares** as contas em apreço e dar **quitação plena** aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária n.º _____ de _____

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MPjTCDF presente: Procurador(a) _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Presidente

Conselheiro-Relator

Fui Presente:

Representante do MPjTCDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ACÓRDÃO Nº /2019.

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. Exercício financeiro de 2015. Contas julgadas **regulares com ressalvas**. Determinação. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF nº: 10.638/2018-e.

Nome/Função/Período:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Leany Barreiro de Sousa Lemos	Secretária de Estado	01/01 a 31/12/2015
Luciana Cristina Aguiar de Carvalho	Subsecretária de Administração Geral	27/01 a 31/12/2015

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Falhas e impropriedades: subitem 1.2 - Ausência de justificativa para a indicação de um mesmo executor para mais de três contratos, do Relatório de Inspeção nº 1/2018 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC EACEAD2F-e); Item 3 - Bens com plaqueta do GDF que não estão relacionados na carga geral da unidade; Item 4 - Bens sem plaqueta de tombamento/plaqueta extraviada; Item 5 - Bens ociosos e inservíveis; Item 6 - Bens com plaquetas de outros órgãos; Item 7 - Movimentação informal de bens entre órgãos/usuários; Item 8 - Falhas nos controles dos bens provenientes de doação; Item 9 - Falhas nos controles dos bens adquiridos com recursos de convênio; e Item 10 - Bens localizados pela comissão inventariante sem plaqueta de tombamento e sem informação de sua origem, todos do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 – SEF (e-DOC 31788CA7-e).

Determinações (Lei Complementar nº 1/1994, art. 19): Determinação aos atuais ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, para que adotem as medidas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

necessárias com vistas a evitar a ocorrência de impropriedades semelhantes às indicadas acima nas futuras contas anuais.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento nos arts. 17, inc. II, e 19, da Lei Complementar nº 1/1994, julgar **regulares com ressalvas** as contas em apreço, em face das mencionadas impropriedades, dando **quitação** aos indicados, nos termos do art. 24, inc. II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária n.º _____ de _____

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MPjTCDF presente: Procurador(a) _____

Presidente

Conselheiro-Relator

Fui Presente:

Representante do MPjTCDF